

Marco Aurélio Santana e
José Ricardo Ramalho

Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo

3ª reimpressão



Copyright © 2004, Marco Aurélio Silva de Santana e
José Ricardo Garcia Pereira Ramalho

Copyright desta edição © 2004:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel (21) 2529-4750 / fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

3ª reimpressão: 2013

Composição eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.
Impressão: Paym Gráfica e Editora

Capa: Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Santana, Marco Aurélio
S223s Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo /
Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho. — Rio de
Janeiro: Zahar, 2004.
(Passo-a-passo. Ciências sociais; 39)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7110-784-7

1. Trabalho — Aspectos sociais. 2. Trabalhadores —
Condições sociais. 3. Sociologia do trabalho. I. Ramalho,
José Ricardo. II. Título. III. Série.

10-1306

CDD: 305.562
CDU: 316.334.22

Introdução

Desde seu início a sociologia tem se dedicado à análise do trabalho na sociedade moderna. Em suas mais diversas perspectivas e concepções de mundo, os autores clássicos do pensamento sociológico, cada um a seu modo, apontaram a importância do trabalho e das relações que se construíram a partir dele para o entendimento da sociedade. Nos dias de hoje, com as grandes mudanças pelas quais passa o mundo contemporâneo a investigação sociológica permanece um instrumento essencial para lançar luz sobre tais transformações e seus impactos sociais.

Este livro trata dos marcos teóricos que vêm informando a discussão acerca das transformações no mundo do trabalho e da reestruturação da atividade produtiva na sociedade atual. Selecionamos alguns conceitos e eixos de pensamento que balizam o desenvolvimento mais recente da sociologia do trabalho, tomando como base tanto a literatura internacional como a brasileira. Assim, estarão em tela aqui o cenário geral dessas mudanças e seus impactos em termos de processos e relações de trabalho, na qualificação dos trabalhadores, bem como em suas formas organizativas.

Dividimos o texto em duas seções. A primeira apresenta a problemática das transformações, chamando atenção para suas características mais marcantes. Na segunda buscamos analisar de que forma os trabalhadores e suas organizações têm enfrentado essa nova realidade.

Mundo do trabalho em mutação

Reestruturação produtiva e crise da sociedade industrial. As transformações no universo do trabalho vêm afetando de modo intenso as sociedades industriais em todo o mundo. Formas de produção consideradas superadas pelo desenvolvimento de um capitalismo do tipo monopolista retornam numa outra dimensão, reincorporadas a uma lógica de acumulação que enfatiza a competitividade e a qualidade. O processo de reestruturação das atividades produtivas, principalmente a partir da década de 1970, inclui inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho. O resultado tem sido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores.

Vista por muitos como inevitável dentro da racionalidade do mercado, essa reestruturação, no entanto, tem trazido também graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Ao mesmo tempo em que

os índices de desemprego se tornam elevados em muitos países do mundo — inclusive nas economias centrais —, nota-se a aplicação de uma política de desmantelamento da ação do Estado nas áreas sociais. Nos países subdesenvolvidos, a flexibilização das relações de trabalho só faz aumentar o mercado de trabalho informal e o desemprego.

No que se refere a inovações tecnológicas e de gestão, estratégias derivadas do chamado *modelo japonês*, embora efetivas em apenas algumas grandes empresas no próprio Japão, vêm sendo anunciadas como solução para todos os males resultantes da falta de competitividade e das dificuldades no controle da força de trabalho. Novas formas de gestão se associam ao anúncio da “modernidade”. No Brasil e na América Latina, aparecem como o caminho inexorável da produção industrial — e termos como qualidade total, *just in time* etc. passam, de repente, a fazer parte do vocabulário das empresas, que impingem aos trabalhadores um discurso “civilizador” sobre a necessidade de aderir aos novos tempos.

Fala-se ainda em “globalização” da produção industrial. De fato, as empresas multinacionais, em busca de maiores taxas de lucro, passaram a estender sua presença por regiões geográficas e econômicas que oferecem uma força de trabalho com salários baixos e menos dispêndios com benefícios sociais.

A exigência de maior competitividade vem introduzindo estratégias de racionalização e redução de custos, com sérias consequências para os níveis de emprego. Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam estabilidade, se

reduziram drasticamente. A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado com um vínculo formal de emprego. Formas precárias de trabalho, de subcontratação, agora são a norma, incorporando-se às práticas das empresas. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança e o trabalho informal tornou-se uma alternativa frequente para os excluídos do mercado de trabalho formalizado, principalmente nos países subdesenvolvidos.

De forma bastante esquemática poderíamos indicar, à guisa de introdução, as principais transformações na esfera produtiva:

- em um cenário crescentemente globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada *lean production*);
- a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível;
- a parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada a outras empresas (ou *terceirizada*);
- o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho;
- na esfera sociopolítica, os sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte

das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização e a uma dificuldade de competir em velocidade e adequação aos impasses trazidos pelos novos tempos. Junte-se a isso o desemprego e a informalização que corroem grandemente o poder de agenciamento das instituições sindicais.

Em meio a tantas mudanças, nem mesmo a ideia de Estado permaneceu intocada. Pelo menos desde o segundo pós-guerra, era visão corrente a ideia de que o Estado deveria cumprir não só tarefas referentes ao controle e regulação da economia, mas também assegurar bem-estar social aos cidadãos (daí o nome *welfare state*). Foi através desse tipo de formulação que o Estado tomou para si o que seriam encargos sociais ligados, por exemplo, à educação e à saúde.

Nesse momento de crise da sociedade industrial, passa-se a argumentar que o Estado deve restringir sua intervenção na economia e nos setores sociais. O Estado de bem-estar social ou Estado Providência deveria ceder lugar a um novo formato de Estado, o chamado Estado mínimo.

Segundo essa lógica o Estado *deveria reduzir* sua inserção na economia privatizando suas empresas, enxugando seus quadros, e repassando ao setor privado a tarefa de gerir a economia sem muitas regulamentações que impedissem o livre trânsito econômico. Mais ainda, deveria imperar a chamada *lógica do mercado* quanto ao que seriam as inserções sociais do Estado, de modo que deixasse de pesar sobre

os ombros dos agentes econômicos e dos próprios cidadãos, tornando-se mais ágil e dinâmico.

Trabalho e organização da vida social. Com esse quadro de transformações, Claus Offe lançou seu questionamento acerca da validade de se manter a centralidade da categoria *trabalho* como chave para o entendimento sociológico. Segundo ele, o trabalho estaria deixando de situar-se como o fato social principal. Dessa forma, as esferas do trabalho e da produção diminuiriam radicalmente sua capacidade de estruturação e de organização da vida social, abrindo espaço para novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade.

Podemos perceber, então, que diante desse novo contexto exige-se cada vez mais explicações da parte dos atores envolvidos e dos pesquisadores que lidam com temáticas centradas, de alguma maneira, no mundo do trabalho. Em um momento no qual, em escala planetária, a humanidade passa por processos que levam a transformações materiais e simbólicas, a velocidade vertiginosa com que a realidade muda tem dificultado ainda mais a sua compreensão e interpretação. O quadro se agrava ao percebermos que pode-se estar tentando esse movimento com *ferramentas* teóricas ultrapassadas e que quaisquer formas de proposição e intervenção prático-política dependem de análises e conceituações mais precisas.

Buscando dar conta das transformações quantitativas e qualitativas por que passa o mundo do trabalho, a sociologia do trabalho tem levantado uma série de hipóteses com

relação às origens, o desenvolvimento e os destinos dessas mudanças. Esse conjunto de alterações foi conceituado por uns como *especialização flexível* e por outros como um *novo conceito de produção*. Além disso, tais hipóteses já foram analisadas pela escola da regulação francesa e pelos teóricos do *pós-fordismo*.

O debate gira em torno da crise e continuidade do sistema de produção denominado *fordismo*, da emergência e vigência de uma nova forma produtiva, vinculada a novos padrões de demanda — a especialização flexível — e dos limites e possibilidades de expansão dessa nova forma produtiva, muitas vezes identificada com os processos que lhes serviram de base: o *toyotismo* ou o modelo japonês.

Sobressai, no interior do debate, a preocupação com o lugar dos trabalhadores em meio à turbulência atual. Uma grande atenção é dada ao processo de qualificação/desqualificação ao qual estariam submetidos os trabalhadores no processo produtivo, ao que se esperaria deles nesses novos processos, e como seriam suas formas de inserção. Além disso, para completar, que tipo de respostas os trabalhadores podem dar em um quadro como esse?

As interpretações oriundas de tais análises são importantes, na medida em que constroem um mapa que pode servir de orientação na leitura de processos em curso. As novas formas de gestão do trabalho e da produção têm se implantado, ainda que de forma desigual, ao redor do globo. O Brasil dos últimos anos tem desenvolvido sua própria experiência nesse sentido. Vamos agora discutir algumas linhas interpretativas das transformações em nível mundial

e indicar de que forma as alterações nas lógicas da produção e do trabalho têm se dado na realidade brasileira.

A crise do modelo fordista. Os estudos voltados à temática do trabalho com o objetivo de dar conta das transformações do sistema fordista têm apresentado, para além de algumas especificidades, posições variadas que podem ser agrupadas em dois conjuntos: aqueles que defendem a existência de um movimento de superação do fordismo, apontando novos rumos possíveis; e aqueles que sustentam que as mudanças são uma readequação e um ajuste frente à crise do sistema produtivo.

Ambas as posições concordam que as mudanças estão relacionadas com uma crise no sistema fordista. É nesse contexto que se confrontam noções tais como as de especialização flexível e de *neofordismo*, e que também se verifica que tanto o entendimento da crise como seus possíveis desdobramentos têm relação direta com a definição do que vem a ser o sistema *fordista*.

Como lembra David Harvey a implantação do fordismo é muito mais complexa do que faz supor a mera apropriação do nome de Henry Ford para o processo. Sem desqualificar o papel de Ford — que introduziu o sistema de um dia de trabalho de oito horas com o pagamento de cinco dólares aos trabalhadores da linha automática de montagem de carros de sua fábrica — ele na verdade articulou, de forma singular, certas tendências correntes à época.

Para além do uso de inovações tecnológicas e organizacionais, bem como do formato corporativo nos empreen-

dimentos de que Ford se apropriou e que já estavam em curso, muitos desde o século XIX, vale lembrar a apropriação que ele faz das ideias de Frederik W. Taylor centradas na noção de *administração científica*. Taylor, julgando o trabalhador um ser indolente (natural ou intencionalmente), advogava uma radicalização do processo de separação entre a concepção e a execução do trabalho (à gerência caberia o trabalho *intelectual*, e ao trabalhador, o *manual*). Defendia uma decomposição minuciosa do processo de trabalho em movimentos e tarefas fragmentadas e rigidamente controladas pelo tempo, resultando em um maior grau de hierarquização e desqualificação no interior do processo de trabalho. Tudo isso disposto em uma linha de montagem e com recompensa salarial separada do esforço empreendido pelo trabalhador.

Dessa forma, articulam-se como ideias formadoras da singularidade do fordismo: a separação entre concepção/execução, a fragmentação/rotinização/esvaziamento das tarefas; a noção de um homem/uma tarefa com especialização desqualificante; o controle do tempo de execução das tarefas estritamente orientadas por normas operacionais em um processo onde a disciplina se torna o eixo central da qualificação requerida; pouca ou nenhuma aceitação do *saber* dos trabalhadores tendo em vista contribuir para a melhoria do processo produtivo, e, conseqüentemente, do produto; e produção em massa de bens a preços cada vez menores para um mercado também de massa.

O exíguo aproveitamento do saber operário teria como rebatimento político-organizacional o fato de que os sindi-

catos, embora “aceitos”, fossem pensados sempre como “corpos estranhos” essencialmente oponentes e externos à produção, interessados em estimular o choque de interesses antagônicos entre empregadores e empregados.

Por mais geral que seja a forma pela qual se tente reconstruir as características do sistema fordista, dependendo do caminho escolhido, pode-se refazê-lo de outras maneiras acrescentando, retirando ou realçando certas noções. É exatamente pela distinção no entendimento da definição do sistema fordista, de sua crise e de seu destino que podemos lançar luz sobre as noções e posições no debate.

Isso se faz mais facilmente tendo como pano de fundo aquilo que seria o paradigma da especialização flexível, sistema produtivo que teria superado o paradigma fordista ou pelo menos, em meio à crise, estaria em vias de superá-lo. Para além da sentida fluidez e amplitude na qualificação de processos que caracterizam a chamada especialização flexível — levando-se ao risco de que essa própria conceituação permita dizer qualquer coisa que se deseje —, algumas características podem ser identificadas.

Para esse paradigma, que tem Michael Piore e Charles Sabel como autores de ponta no livro *The Second Industrial Divide*, a crise do sistema fordista foi deflagrada no polo do sistema que é externo à produção, isto é, na demanda e no consumo, os quais, ao se instituírem sobre novos padrões de exigência, tornaram o fordismo obsoleto a partir de uma de suas bases. A produção em massa, verticalizada, de produtos estandardizados, teria se defrontado com mercados cada vez mais saturados.

Porém, não foi apenas nesse nível que teria havido um estrangulamento. A partir dos anos 1970 outros mecanismos institucionais que davam suporte ao sistema, como as formas creditícias e a própria noção de Estado de bem-estar, só para dar alguns exemplos, também começaram a ser repensadas e restringidas.

A resposta à crise não surgia de elementos totalmente inusitados; antes, viria de uma certa recuperação de formas produtivas que sucumbiram, sem se extinguirem, diante do sistema fordista. Aquilo que poderíamos chamar de sistema de *manufatura* concorreu com ideias que se articulariam mais tarde no fordismo e, devido, sobretudo, à intervenção de ordem política, sustentada pela visão evolutiva com seu rebatimento tecnológico, acabou sendo derrotado embora continuasse a existir ao longo do tempo em experiências isoladas.

As ideias do sistema de manufatura nesse novo contexto auxiliariam teoricamente a compreensão das transformações pelas quais passamos e, na prática, se implementadas, poderiam levar à superação da crise da produção em massa. Se fizéssemos um recorte na teoria da especialização flexível e tomássemos, como indicamos, a saturação dos mercados e seus novos padrões de exigência como marco de partida, perceberíamos aí um dos pontos centrais da crise do sistema fordista. Sem seus amplos espaços de mercado, tendo que se adaptar à busca de nichos em um grau de concorrência extrema, as empresas teriam de produzir com versatilidade e qualidade.

A produção de bens estandardizados precisaria buscar uma tecnologia, um complexo homem/máquina, flexível. Às máquinas e ferramentas flexíveis seriam agregados trabalhadores flexíveis. A flexibilização no processo de trabalho imporá o deslocamento da relação um homem/um posto/uma tarefa e a aproximação das etapas de concepção, execução e controle, baseando-se na incorporação progressiva da competência dos trabalhadores no processo produtivo. Esse trabalhador “coletivo”, organizado em grupos ou “ilhas” que, com a redução da hierarquia gerencial no interior do processo e, muitas vezes, subsidiado pelo suporte microeletrônico, passa a ter sobre si a responsabilidade de agir qualificadamente sobre pontos diversos do processo.

Esses ajustes se estabeleceriam também na estrutura das próprias firmas. Haveria uma sensível *desverticalização* organizacional (desmembramento da “empresa faz tudo”), apoiada na focalização em processos e produtos, com respectiva redução no porte e no número dos trabalhadores. Essa desverticalização — ou em muitos casos descentralização (conforme ocorrido na experiência italiana) —, baseando-se na cooperação e na confiança, estabelecerá um vínculo interempresas forçando uma relação mais estreita entre comprador e fornecedor; seus pontos principais serão as noções de qualidade e rapidez, esta última fundamental considerando que um dos aspectos essenciais do processo é o *just in time*, isto é, a capacidade de operar com estoques reduzidos de matéria-prima com *inputs* regulados no tempo.